



**GT 16:** Relações Raciais e Étnicas na América Latina: Ancestralidades e Lutas

### **A Questão Racial na Imprensa Brasileira**

Jefferson MARIANO<sup>1</sup>

Faculdade Cásper Líbero/IBGE

#### **RESUMO**

O trabalho tem por objetivo explorar o modo como questões relativas a raça/cor são abordadas contemporaneamente pela imprensa no Brasil. De modo mais específico apontar as dificuldades que esses meios de comunicação encontram na designação desse contingente populacional e paralelamente reconhecer as desigualdades existentes. O texto aborda inicialmente a problemática em torno da classificação utilizada para designar a população negra e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Em seguida demonstra as desigualdades sociais existentes no Brasil que podem estar associadas à questão racial. Por fim, são exploradas situações que possibilitam destacar como a imprensa no Brasil trata desse tema, com ênfase para análise dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

**PALAVRAS-CHAVE:** população; raça; etnia; comunicação.

---

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Econômico; Professor e Pesquisador do Centro Interdisciplinar de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero; Pesquisador no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e-mail: [Jefferson.mariano@casperlibero.edu.br](mailto:Jefferson.mariano@casperlibero.edu.br)



## **Apresentação**

O debate em torno das relações raciais no Brasil é sempre envolto de polêmicas. Um dos motivos reside na história recente do Brasil, marcada pela negação da existência de preconceito racial.

Nesse sentido, os principais veículos de comunicação de massa, especialmente os jornais, preferem não tratar o tema com a devida profundidade e isenção. Além disso, somente em datas específicas como 13 de maio ou 20 de novembro é que se verificam matérias explorando a temática das desigualdades associadas à raça/cor.

No âmbito das instituições governamentais também permaneceu durante muito tempo o contexto de “democracia racial” com a ausência completa de debates relativos à questão étnico-racial. Apesar desse histórico, a partir dos anos 1990 surgem alterações no cenário. Ainda no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998), foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra e em 1996 outro com intuito de combater a discriminação no emprego e na ocupação. A partir de 2003, na gestão de Lula amplia-se o escopo do tratamento do tema com implementação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, com *status* de ministério.

Em âmbito internacional um marco importante foi a realização da Conferência de Durban na África do Sul em 2001 que tratou do combate ao racismo. No plano local houve o estabelecimento da política de cotas para ingresso na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, nesse mesmo ano e anterior à legislação Federal.

Apesar da aparente simplicidade que possa envolver o tema há dois grandes problemas subjacentes ao tratamento da questão racial na mídia contemporânea: a



suposta dificuldade em torno da classificação no Brasil. Ou seja, qual termo mais adequado que se deve utilizar em referência à população negra e o próprio reconhecimento da existência de uma relação causal entre desigualdades social e raça.

### **A questão da classificação:**

O sistema de classificação racial utilizado no Brasil advém de critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é aplicado nas pesquisas socioeconômicas da Instituição. O padrão adotado contempla a existência de cinco grupos segundo raça/cor: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. O sistema não é imune a críticas. Alguns pesquisadores afirmam que a classificação da instituição é estanque e não considera as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, e a existência de outras designações além das contempladas, especialmente a negra. O termo mulato, mestiço ou mesmo moreno aparece com frequência em vários trabalhos de pesquisadores que tratam dessa temática.

Segundo Osório (2003) o sistema de classificação utilizado é anterior à própria existência da instituição. Lembra que, inclusive, no século XIX o vocabulário étnico racial era mais bem elaborado e diversificado do atualmente utilizado. Citando o texto de Schwarcz (1987) observa que eram utilizados termos relativos à:

- Posição no sistema escravocrata: escravo, peça, liberto, forro;
- Origem étnica: fulô, nagô, angola, mina;
- Mestiçagem: crioulo, mulato, caboclo e cafuso;
- Cor da pele: negro, preto, pardo, retinto e azeviche.

Apesar do teor das críticas em relação às limitações do sistema, praticamente há um consenso entre os pesquisadores no sentido de que se pode considerar a população negra como derivada das categorias preto e pardo.



O ponto central é que em razão de no Censo de 1980 a categoria parda ter a presença de índios, não seria possível estabelecer essa igualdade: pardos = população negra.

Para dirimir essas divergências, a partir de 1991 essa celeuma foi resolvida, na medida em que houve de modo separado o levantamento da população indígena.

Outro elemento importante em relação à classificação da população segundo raça/cor diz respeito ao modo como se realiza o levantamento das informações. Na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata realizada na África do Sul em 2001 foram definidos critérios a respeito das práticas de coletas tratamento de dados e estudos nesse campo de conhecimento. Naquele momento, houve a recomendação de que a auto declaração fosse o princípio norteador da coleta dessa informação.

Um dos grandes problemas da classificação do IBGE diz respeito ao fato de não acompanhar algumas mudanças na sociedade brasileira. Por exemplo, o termo negro, de caráter pejorativo pelo menos até meados da década de 1970 passou por um processo de resignificação. Esse fato deve-se principalmente ao trabalho da comunidade negra. A Pesquisa de Características Étnico-Raciais (Pcerp), elaborada pelo IBGE em 2008, apresentou um contingente significativo de pessoas que passou a se autodeclarar negro. É verdade que ainda é inferior a outras designações, como moreno, mas já sinaliza um importante avanço. Outro aspecto diz respeito ao próprio processo de crescimento dos registros de pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

Elementos de caráter demográfico também que ajudam a explicar o fenômeno. A taxa de fecundidade entre as mulheres negras é mais elevada (IBGE, 2015). E nesse aspecto não há nenhum determinante de caráter biológico. O que explica esse processo são as condições sociais menos favoráveis das mulheres negras. Indicadores de qualidade de habitação, moradia e especialmente de



educação são muito inferiores em relação à média da população. Assim, há duas tendências: incorporar o “moreno” como parte da população que insiste em adotar esse termo, e atender inclusive aos anseios de alguns veículos de comunicação ou considerar na classificação o termo negro, adotado pelos pesquisadores no âmbito das ciências sociais. Existem outras implicações devido ao resultado dessa definição. A partir da implementação da legislação de cotas raciais para o ingresso no serviço público em 2014, a definição de quem é negro assumiu outro patamar.

Uma coisa é o processo de autoclassificação, recomendado pela ONU, com o qual a maioria dos antropólogos concorda. É negro aquele que se sente e se enxerga enquanto tal. No entanto, lembrando a vasta literatura relativa ao tema é sempre importante destacar o forte preconceito existente e associado a características fenotípicas e não a origem (SCHARCZ, 2012; BASTIDE; FERNANDES 1959). Quanto mais próximo a pessoa estiver de traços físicos negroides, mais intenso será o preconceito. Quanto mais distante, inclusive, dependendo do contexto, a pessoa é aceita (e se reconhece) como branca. Esses aspectos auxiliam na percepção das dificuldades no Brasil concernentes à implementação de políticas afirmativas. São desqualificadas já na origem e invariavelmente há uma grande má vontade para que tal processo se concretize.

### **Quadro evolutivo da população negra nas últimas décadas.**

Os dados disponíveis nas pesquisas sócio demográficas apontam que entre 1991 e 2000 houve uma pequena redução na proporção de negros na sociedade brasileira. Essa queda ocorreu nos dois grupos que integram a população negra: pretos e pardos. No período seguinte, entre 2000 e 2010 há movimento no sentido oposto, com significativo crescimento desse grupamento populacional. Além do



crescimento da população negra houve maior participação daqueles que se declararam de cor preta.

Opositores das cotas raciais sugerem que a emergência das políticas afirmativas seria a principal causa do aumento observado. No entanto, a tese pode ser refutada na medida em que o crescimento é anterior à introdução das políticas de cotas em algumas universidades, além é claro, do alcance ainda limitado da política.

Além disso, muitas universidades públicas do País ainda resistem à introdução desse mecanismo ou o fazem de modo parcial. Na evolução dos dados disponíveis na Pnad a tendência de crescimento da população negra já se desenha desde o início dos anos 2000.

No entanto há uma distribuição desigual dessa população em relação à composição etária. De acordo com o Censo 2010 a população negra é superior nas faixas etárias até 30-39. Depois há um declínio acentuado, especialmente do sexo masculino.

O que chama atenção na leitura desses números é que não houve uma explosão de negros entre os jovens em condições de ingressar nas universidades. Ou seja, a discussão em torno das cotas para ingresso em ensino superior não inflou artificialmente esse grupo populacional. A mobilização da comunidade negra nos últimos anos se traduziu em algumas conquistas importantes. É inegável que essas ações contribuíram para o aumento da autoestima da população negra no Brasil. Desse modo, muitos que outrora se sentiam envergonhados em assumir seu grupo étnico - racial agora passam a fazê-lo.

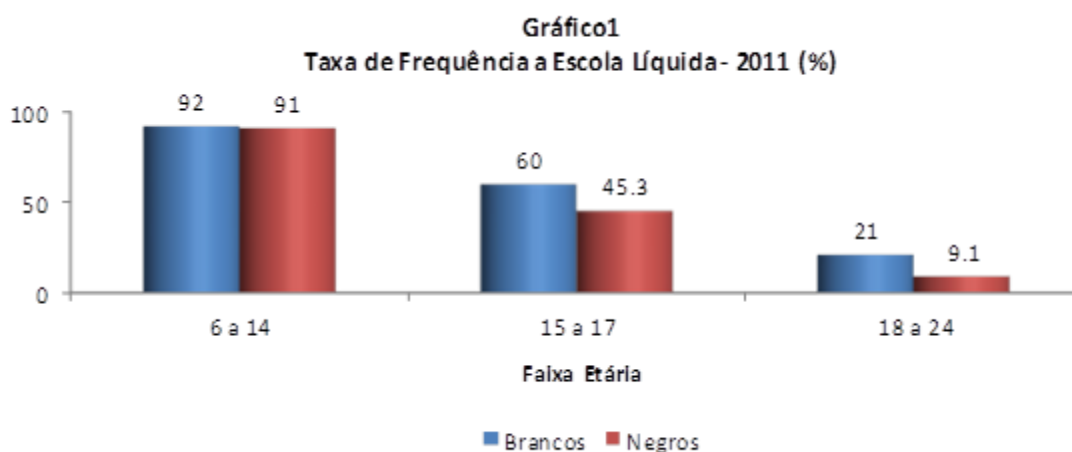
Por outro lado, os aspectos demográficos apontam que ainda são mais elevados os indicadores de fecundidade e natalidade da população negra. Pelo menos até a idade adulta esse quadro permanece. No entanto taxa de mortalidade

mais elevada, especialmente em decorrência de causas externas tende a reduzir a população negra, de modo mais expressivo do sexo masculino.

### Os indicadores sociais

Assumindo o pressuposto de que a população negra no Brasil pode ser considerada como a soma de pretos + pardos é possível observar o grau de desigualdades sociais relativos à questão étnico-racial. Ao contrário do que sugere o trabalho de Risério (2006, p.383) as pesquisas elaboradas pelo IBGE, especialmente a Pnad permitem realizar cruzamento de dados que evidenciam o quadro de desigualdades relacionadas à raça/cor.

Nos indicadores de educação percebe-se que pelo menos nas fases iniciais do processo de frequência à escola não há diferenças expressivas entre a população branca e negra. Ressalte-se que houve grande avanço no que se refere ao alcance da educação fundamental.



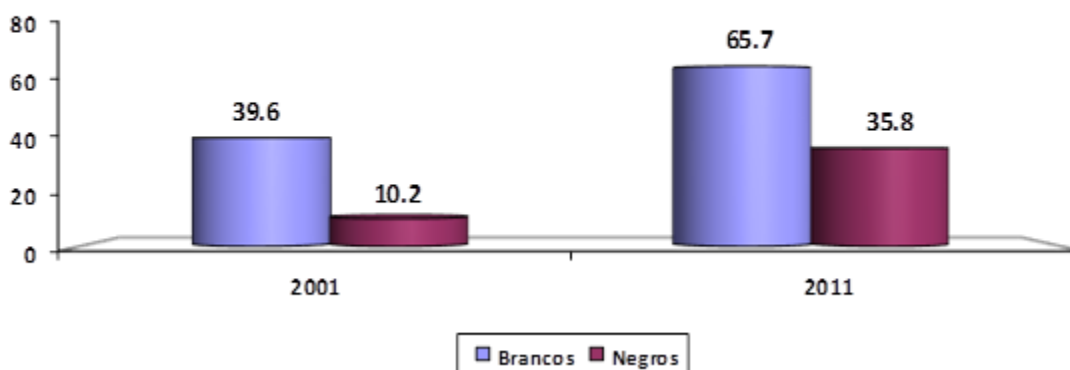
**IBGE:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

**Nota:** Taxa de frequência escolar líquida corresponde à proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola no nível de ensino adequado a essa faixa etária, conforme organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

O problema para a população negra está localizado especialmente nas idades mais elevadas. Na medida em que se avança nas faixas seguintes há um grande descompasso. Na faixa etária de 15 a 17 anos aumenta a evasão escolar e um dos motivos reside na ocorrência de trabalho infantil. Na faixa etária de 18 a 24 anos é que se percebe a maior distância com a frequência escolar com a população negra apresentando taxa inferior à metade da observada na população negra.

Em relação ao ensino superior houve um avanço expressivo. Entre 2001 e 2011 cresceu sobremaneira a participação da população negra de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior. No entanto, apesar desse avanço, o gráfico destaca que a desigualdade ainda é muito grande.

**Gráfico 2**  
**Frequência a Escola no Ensino Superior de 18 a 24 anos - 2001/2011 (%)**



**IBGE:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

No mercado de trabalho a situação não é muito diferente. A tabela a seguir mostra que entre 2005 e 2014, a despeito da evolução positiva dos indicadores do



mercado de trabalho, desigualdades associadas à raça/cor aumentaram. Nesse período cresceu a proporção de trabalhadores negros sem carteira assinada e também de pessoas de 10 a 14 anos inseridas no mercado de trabalho (trabalho infantil).

**Tabela 1**

**Indicadores Relativos ao Mercado de Trabalho por Raça/Cor. Brasil - 2010.**

Indicadores	Raça/Cor			
	Branca		Negra	
	2005	2014	2005	2014
Taxa de desocupação (%)	8,2	5,9	10,4	8,2
Sem carteira assinada (percentual do total)	42,8	38,1	56,6	61,0
PEA com nível superior (percentual do total)	76,4	67,5	21,2	30,7
Pessoas de 10 a 14 anos na PEA (percentual do total)	35,4	30,8	64,3	67,2

**IBGE** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Por fim, os dados disponíveis não deixam dúvidas de que a maior parcela da população negra está inserida em condições mais precárias (trabalhadores sem carteira assinada ou conta própria). Além disso, mesmo nas situações em que ocorre a inserção nas ocupações formalizadas percebe-se que há categorias de trabalho nas quais é praticamente vedada a presença de pessoas negras. Nas atividades associadas às classes de maior poder aquisitivo a presença do negro é muito reduzida. No caso de profissões como delegado de polícia, a ocorrência de



negros era tão diminuta que em termos estatísticos não foi possível extrair a informação dos bancos de dados (em razão do sigilo da informação).

Por fim, o resultado desse processo é a menor apropriação dos rendimentos do trabalho por parte da população negra. De acordo com a última edição da Pnad entre os 10% mais pobres do Brasil 75% correspondiam à população negra. Em contrapartida 82,0% da população branca integrava o grupo de 1% mais rico.

### **O tratamento do tema pela imprensa.**

A partir da leitura dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo é possível perceber como é controversa a abordagem de temas que retratam a população negra. Na análise da presença do tema nos referidos veículos não se observa ao longo do período analisado espaço para debate mais plural em torno da questão étnico-racial. Quando o tema é abordado nos jornais em questão ocorre por meio da ótica de autores que se posicionam em conflito com a agenda defendida pelos grupos organizados da população negra.

Em edição de 22/11/2008 o jornal O Estado de São Paulo abria espaço para texto de Jose de Sousa Martins tratar da questão racial no Brasil. Destaca o autor a multiplicidade étnica do povo brasileiro e aproveita para lembrar que em termos antropológicos raça não é cor. Mas o objetivo do texto é sinalizar a imprecisão em se aglutinar uma categoria “negro”, pois assim como os brancos, seriam mestiços, na medida em que originários de várias etnias e diferentes culturas originárias da África. Já em matérias em que há divulgação de pesquisas oficiais percebe-se que o jornal segue a designação apontada nos resultados, como em várias divulgações da Pnad ou da Pcerp.

Em 18/09/2016 o jornal destacava que brancos disputavam as eleições para prefeito em 45% das cidades do País. O objetivo era destacar a baixa ocorrência de negros disputando cargos eletivos. Novamente, as categorias presentes são as



consagradas pelo IBGE. Ressalte-se que a matéria utiliza como referência as informações disponíveis na Justiça eleitoral. Foi inclusive essa a primeira vez que o Tribunal Superior Eleitoral inseriu a categoria cor/raça no lista do conjunto de informações disponíveis a respeito dos candidatos.

No entanto, quando procura retratar a reduzida presença dos candidatos negros o jornal comete um “escorregão” na medida em que simplesmente substitui os “pretos” por “negros”. De acordo com o jornal “os concorrentes negros são muito raros: eles estão em apenas 8% das cidades”. Inclusive procura explicar o fenômeno lembrando que “A sub-representação indica que o mundo político ou não atrai tanto os negros ou impõe barreiras para sua integração”.

Motivos para a exclusão dos negros são mais complexos e podem ser observados nos tópicos anteriores relacionados às oportunidades no mercado de trabalho e no acesso à educação. Além é claro do forte preconceito racial, associado à cor da pele. É difícil neste caso dizer se foi um “escorregão” deliberado ou uma orientação editorial, uma vez que a matéria é assinada por jornalistas com grande experiência em jornalismo de dados (Edison Veiga e Rodrigo Bugarelli) e que possuem bastante domínio dos conceitos e categorias utilizadas pelo IBGE. Inclusive em edição de 07/02/17 os mesmos jornalistas apresentam uma matéria elaborada a partir dos dados da Pnad apontando que “faltam 2,5 milhões de mulheres pretas e pardas no Brasil. Esse é o número total de brasileiras que deveriam deixar de se declarar brancas para que, estatisticamente, os números retratassem a mesma proporção racial dos homens”.

Quando há o posicionamento mais explícito do veículo ficam evidentes as resistências em relação ao tema. Em editorial de 05/05/2013 o jornal realizava críticas à presença do quesito raça/cor na Plataforma Lattes. Destacava que “a informação não tem nada de científica ou meritória”. O próprio veículo reconhecia se tratar de uma determinação que visa atender a lei nº 12.288 de junho de 2010



(Estatuto da Igualdade Racial). Posicionando-se de modo contrário a tal legislação afirmava que o Estatuto “oficializou a desigualdade racial no Brasil”. Ou seja, segundo essa ótica não existia, só foi oficializada a partir da criação do presente estatuto. Ressalte-se que no texto o jornal passa a utilizar a categoria “afro brasileiros”. Afirma ainda que “o estatuto parte do princípio de que os cidadãos brancos são invariavelmente favorecidos nos concursos e no trabalho graças somente à cor de sua pele, e não a seus méritos pessoais”.

A crítica se estende também em relação ao posicionamento da Ministra do Supremo Tribunal Eleitoral Rosa Weber que afirmara: "a pobreza tem cor no Brasil". Segundo o jornal a ministra Rosa Weber passa a ideia de como se a pobreza fosse uma característica inerente aos negros. E o texto continua “poucas vezes a consolidação de um estereótipo social negativo como esse contou com o apoio de tão doutos jurisconsultos”. Por fim afirma que “o resultado é que a sociedade está agora legalmente dividida em negros e pardos de um lado e brancos de outro”. Novamente usa o termo negro em substituição ao preto. Por fim, em divulgação recente da Pnad Contínua houve por parte do IBGE uma preocupação em realizar um recorte racial do fenômeno do desemprego (a pesquisa usa a categoria desocupação). O jornal destacava em 23/02/2017 que “o desemprego é de 14,4% entre negros; 14,1% entre pardos e 9,5% entre brancos”. Outra troca de preto por pardo feita pelo jornal. Os resultados da pesquisa apontavam na verdade que a taxa para a população de cor preta ficou em 14,4% enquanto a taxa entre a população parda foi de 14,1%. Ou seja, o jornal optou por não utilizar o conceito presente na pesquisa entendendo que negro corresponde apenas à parcela da população preta. Assim, pessoas designadas pardas seriam indivíduos não brancos, porém não negros.

O Jornal Folha de São Paulo é mais explícito ao assumir posicionamento referente ao debate em torno da questão racial no Brasil.



Em coluna de 19/04/2017 o jornalista Hélio Schwartzman também realiza críticas ao fato do CNPQ decidir solicitar que os pesquisadores incluam em suas informações o quesito cor/raça. Destaca ser uma pessoa “sensível aos argumentos de quem defende tais mecanismos de inclusão” para em seguida criticar a implementação das políticas de inclusão baseadas em cotas raciais.

Mas a questão já incomodava o jornal em meados dos anos noventa. Em edição de 25/06/1995 a articulista do jornal realizava uma entrevista com a demógrafa Elza Berquó. Naquele momento a pesquisadora afirmara que em suas pesquisas partia da concepção de que pretos e pardos devam ser unidos na categoria negros. Referindo-se a metodologia do IBGE afirmava concordar com a visão de “muitos antropólogos e outros pesquisadores que acham que essa é uma classificatória pobre”, e que como a parcela de amarelos e indígenas é muito pequena, a polêmica fica centrada na categoria parda. “Segundo a pesquisadora, no Brasil, como o preconceito e a injustiça social pegam mais a população negra, que está na base da pirâmide, as pessoas, na medida em que têm certa ascensão social, tenderiam a se auto classificar de mais claras, de brancas”.

Na entrevista, a jornalista sinaliza com a desqualificação da terminologia negra ao afirmar ser mais relevante a utilização do termo moreno. Ao fazer referência a uma pesquisa realizada pelo Datafolha o jornal afirma que apenas 6% da população se auto classificava como parda e a maioria (46%) se definia como morena. Essa foi uma tendência que passou a figurar em outras matérias publicadas pelo jornal.

O colunista Contardo Calligaris em 01/10/2009 realizava crítica a em relação à utilização das categorias raça/cor, justamente para sinalizar sua oposição ao sistema de cotas raciais, que viria a ser implementado. O autor procurava argumentar que construção de identidade como negro acaba por reforçar o preconceito racial. Em sua leitura



“ As vítimas dessa discriminação, na hora de invocar o princípio da igualdade de todos para obterem os mesmos direitos dos demais, são obrigadas a se constituírem como grupo” (...). Por exemplo, os negros existem como grupo, aos olhos dos racistas, para serem discriminados; ora, a luta contra essa discriminação exige uma identidade positiva, de modo que os negros possam existir como grupo na hora de se opor à sua discriminação”

Assim para realizarem sua defesa os negros passariam a dar aval para essa construção inventada pelos racistas a fim de discriminá-los. Fica evidente a construção do argumento com o objetivo de realizar a passagem para as críticas às cotas raciais. A criação das cotas com a identificação do grupo (com a terminologia criada pelos racistas) consolidaria e institucionalizaria o preconceito racial. Novamente a construção do argumento é de que esse processo ainda não está presente no Brasil.

Por fim em um relato documentado a partir de uma crítica realizada diretamente ao jornal em razão de um grande equívoco fica transparente a posição do veículo.

Em editorial de 03/05/2014 em razão de seu posicionamento contrário a existência de cotas raciais no Brasil, o veículo prefere usar o argumento da dificuldade em se determinar quem é negro no Brasil.

“Ao contrario dos Estados Unidos, onde sua aplicação parece viável, num país como o Brasil, onde metade da população não é branca nem negra, tal critério cria problemas, em vez de resolvê-los. Como coibir fraudes, por exemplo, se não estabelecendo odiosos tribunais raciais”.

Trata-se, de um equívoco grosseiro por parte do veículo que, por meio de um argumento falacioso, contesta a implementação de política de cotas no Brasil. Como observado ao longo do texto os autodeclarados pardos integram o contingente de



negros. Imediatamente após veiculação do texto foi encaminhado um e-mail particular questionado as imprecisões presentes no texto. No corpo do e-mail é possível observar a resposta do veículo:

**Para:** marianojefferson@uol.com.br

**Assunto:** RES: cotas

Prezado Jefferson Mariano,

Não há propriamente um exagero na afirmação. Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população branca corresponde a 47,7% dos brasileiros, e a negra, a 7,6%. Somadas, representam 55,3%, ou praticamente a metade da população do Brasil.

Atenciosamente,

Editoria de Opinião

Ou seja, o jornal considera população negra apenas os autodeclarados pretos. Segundo critério exclusivo desse veículo, a população negra no Brasil seria inferior à dos Estados Unidos. Em seguida à essa estranha resposta foi enviado outro e-mail. Neste caso foi utilizado o endereço corporativo, na medida em que quando ocorre uma utilização indevida de informação produzida pela IBGE cabe aos pesquisadores alertar o usuário. Curiosamente, não houve resposta para esse segundo e-mail.

Em textos recentes, sempre que possível, o veículo adota como critério realizar a troca. Desse modo, não se tratou de um equívoco, mas uma ação deliberada. Evidente que não se trata de uma questão circunscrita aos veículos de comunicação. O preconceito racial atravessa todas as instituições da sociedade brasileira.

Uma pista para tal processo pode ser localizada em trabalho de Marcia Rangel Candido e João Feres Junior a respeito da presença de colunistas negros no



Brasil. A partir do critério de cor/raça os autores elaboram um rol de colonistas nos principais veículos do Brasil. O chamado “manchetômetro” criado pelo Laboratório de Mídia e Esfera Pública do Iesp-Uerj disponibiliza além das análises acerca de diversos temas relacionados à sociedade brasileira um perfil dos colonistas. De acordo com os dados levantados a partir dos Jornais O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo o estudo aponta que o gênero masculino predomina nos três jornais nas proporções de 74%, 73% e 72% respectivamente. No tocante a questão racial os colonistas da cor branca representam na mesma sequência 91%, 96% e 99%.

### **Considerações Finais.**

O estudo procurou demonstrar a partir da análise de conteúdo dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo o tratamento de questões relativas à raça e cor. Inicialmente o estudo situou a problemática em torno da terminologia e o modo como a questão emerge na literatura no âmbito das ciências sociais. Foi possível perceber que ainda existe uma resistência, especialmente dos órgãos oficiais no tocante a uma possível alteração na terminologia classificatória da população segundo o referido critério. Independentemente do critério que se possa utilizar, percebeu-se um profundo quadro de desigualdades sociais associadas à questão racial. Percebeu-se ao longo da análise dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo a forte oposição em torno da utilização de políticas compensatórias associadas à questão racial. Ainda presos ao paradigma da ausência de conflitos raciais na sociedade brasileira não conseguem entender a emergência das lutas da população negra por maior participação dos recursos produzidos pela sociedade. A substituição do termo preto pelo negro é um reflexo dessa leitura bem como o esforço em não sinalizar com polarizações, pois como lembra a Folha de São Paulo “metade da população não é nem negra nem branca”.





Como os termos associados à população negra (preto ou negro) sempre foram utilizados de modo pejorativos e com o caráter preconceituoso os veículos ficam receosos em utilizar. Por fim, segundo o jornal Folha de São Paulo, é muito difícil saber quem é negro no Brasil. O aparelho repressivo do Estado e os departamentos de recursos humanos das grandes empresas no Brasil sabem com precisão.

#### **Referências Bibliográficas:**

BASTIDE, R; FERNANDES, F. Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1959.

Folha de São Paulo. Vários exemplares.

CANDIDO, M.R, FERRES JR.J. **Jornalismo Brasileiro: gênero e cor/raça dos principais colunistas dos principais jornais do país.** Rio de Janeiro: Iesp-Uerj, 2016. Disponível em <http://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-genero-cor-raca-dos-colunistas-dos-principais-jornais/>

IBGE. **Pesquisa Características Étnico-raciais da População.** 2008. Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas\\_raciais/default\\_raciais.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm). Acesso 28/04/2017

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso 28/04/2017

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_sintese.shtm). Acesso 28/04/17

O Estado de São Paulo. Vários exemplares



RISÉRIO, A. **Utopia Brasileira e os Movimentos Negros**. São Paulo: Editora 34, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Nem Preto nem Branco, Muito Pelo Contrário: Cor e Raça na Sociabilidade Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras. 2012

OSÓRIO, G.R. **O Sistema Classificatório de “Cor ou Raça” do IBGE**. TD 966. Brasília: IPEA. 2003.